

## “Dor de balateiro é igual à de mulher esquecida”: memórias dos balatais do Pará.

“*The pain of an extractivist is like the pain of  
a forgotten woman*”: *reminiscences of the balatais in Pará.*

**Luciana Gonçalves de Carvalho**

Doutora em Antropologia (PPGSA/IFCS/UFRJ, 2005), professora adjunta da Ufopa,  
coordenadora do Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia.  
lu\_gcavalho@yahoo.com.br

### RESUMO

Este artigo resulta de pesquisa etnográfica empreendida no Pará junto a dezenas de ex-balateiros, homens que, durante décadas, extraíram sistematicamente um látex conhecido como balata, dedicando grande parte de suas vidas ao trabalho e à convivência em pequenos grupos nos balatais da floresta amazônica. Nos anos 1970, quando a balata perdeu interesse no mercado internacional, esses homens viram-se destituídos da profissão e dos laços sociais que mantinham, fortemente baseados no trabalho extrativista. A pesquisa busca, por meio do registro de relatos biográficos dos ex-balateiros, hoje idosos, compreender a dinâmica de suas lembranças do trabalho, sobre o pano de fundo de uma identidade fragmentada e desvalorizada.

Palavras-chave: Balateiros. Memória. Trabalho.

### ABSTRACT

This article results from an ethnographic research implemented in Pará, which involved dozens of *ex-balateiros*, men who, systematically extracted the latex known as *balata*, spending long periods of their lives in the rainforest. In the 70s, when their trade was no longer of interest to the international market, these men found themselves devoid of work and social ties they used to hold, strongly based in their work. Recording life stories of those extractivists, elderly citizens now, aim at understanding the dynamic of memories of their work having, as its background, a fragmented and undervalued identity.

Keywords: *Balateiros. Work. Reminiscences.*

## Saudade, ou por que lembrar?

O artesanato figurativo em látex de balata, encontrado em lojas e feiras regionais da Amazônia, é um dos mais característicos do estado do Pará. Como tal, tem sido objeto de ações e políticas públicas de cultura nos últimos anos, a partir das quais tem alcançado considerável projeção no cenário nacional e internacional.<sup>1</sup> Ao contrário do que se passa em muitas confecções tradicionais, nas quais o artesão se encarrega de todas as etapas de trabalho, desde a retirada ou até mesmo o cultivo da matéria-prima que utiliza, na cadeia produtiva do artesanato de balata há uma nítida divisão de funções entre extrativistas e artesãos, sendo os últimos os consumidores do produto do trabalho dos primeiros. Desse modo, na base de sua cadeia produtiva estão os coletores do látex da balateira (*Manilkara bidentata*), uma sapotácea de até 40 metros de altura e seis de circunferência (LINS, 2001).

A balata apresenta ductilidade e elasticidade, e, por esses atributos, foi muito apreciada nas indústrias de aviões, telecomunicações e eletricidade, bem como na confecção de bolas de golfe, materiais telegráficos e odontológicos, correias de transmissão, cabos telefônicos, válvulas mecânicas e outros implementos industriais. Chegou, assim, a constituir um dos principais produtos de exportação do Pará nos anos 1930 a 1970, movimentando um grande contingente de mão de obra nativa e caracteristicamente masculina. Quando o látex foi substituído por materiais sintéticos na indústria estrangeira, toneladas de balata apodreceram nos portos de Belém e Manaus ou foram despejadas no rio Amazonas, porque não havia mais demanda do produto, e seu uso foi-se tornando cada vez mais restrito ao artesanato.

Os balateiros (extrativistas), portanto, deixaram de ser convocados para o trabalho e foram praticamente esquecidos na economia regional após os anos 1970. Permaneceu ativo apenas um pequeno grupo dedicado à retirada de balata para atender à demanda de artesãos domiciliados em Belém (onde existe a maior produção de artesanato em balata do estado), Monte Alegre e Santarém. Essa demanda, contudo, é insignificante em relação à procura conhecida no século passado, quando um homem, sozinho, chegava a produzir até uma tonelada de balata ou mais por expedição de coleta.

A história de trabalho dos balateiros sempre esteve assentada num mecanismo muito corriqueiro na Amazônia, o aviamento (BUCLET, 2008; MIYAZAKI; ONO, 1958; OLIVEIRA FILHO, 1979). Mais que um sistema de trabalho informal contra adiantamento de crédito, largamente usado na exploração de seringa, castanha, juta e outros recursos naturais, o aviamento se constituiu como o padrão de “relações tradicionais entre comerciantes e fregueses, constituindo um forte elo social e econômico” (WAGLEY, 1977, p. 108) perpassado por obrigações morais vinculando comerciante/patrão e freguês/trabalhador.

A relação entre o comerciante e o freguês é uma relação social central na vida do interior amazônico, pois não só possibilita a existência de produção mercantil mas constitui relação de poder sujeita a uma moralidade que dispõe prescrições morais de ajuda aos fregueses em casos de perigo (doenças, carestias etc.) em troca de uma relação comercial monopolista (ARAMBURU, 1994, p. 2).

Até o início dos 2000, alguns balateiros, já com mais de 50 anos de idade, ainda trabalhavam *aviados* para fornecer matéria-prima para o artesanato. Em troca de um *abono* em dinheiro e do adiantamento de mercadorias necessárias à estada na floresta (farinha, açúcar, sal, munição para armas de fogo, medicamentos, facões e outros instrumentos de trabalho), esses homens passavam cerca de seis meses por ano na labuta nos balatais.

Os balatais – locais de concentração da balateira – situam-se nas matas fechadas do alto curso dos rios Maicuru, Paru, Jari e Curuá, nos municípios de Monte

Alegre, Almeirim e Alenquer. São locais de difícil acesso, não só devido à distância em que se encontram dos núcleos de povoamento dos municípios, mas também ao fato de que os referidos rios são encachoeirados e obrigam a combinar a navegação com o deslocamento por trechos a pé pela mata adentro, carregando-se, evidentemente, a embarcação e os mantimentos para estada na floresta.

Muitos balatais estão, atualmente, dentro da Floresta Estadual do Paru (Flota Paru), uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável criada em 2006 pelo Governo do Pará, com aproximadamente 3.612.914 hectares. Essa categoria de Unidade de Conservação, conforme a legislação vigente sobre concessões florestais, pressupõe a exploração econômica de produtos madeireiros e não madeireiros tanto pelas populações que deles fazem usos tradicionais, quanto por empresas escolhidas mediante processos licitatórios. As concessões na Flota Paru destinam-se a 435.485,33 hectares divididos em nove Unidades de Manejo Florestal (UMF), algumas das quais cobrindo trechos do rio Maicuru, no município de Monte Alegre, onde residem os poucos balateiros ainda em atividade – que, a partir de agora, deverão submeter-se a acordos formais com os órgãos gestores e concessionários da Flota para ter o direito de acesso e uso dos recursos naturais tradicionalmente explorados.

O contexto de realização desta pesquisa, portanto, é atravessado por diferentes percepções de perda: do ofício, do dinheiro, dos lugares de uso tradicional. A essas percepções, referidas a elementos mais objetivos, soma-se à experiência subjetiva da perda da juventude, da força física, da coragem e do vigor que eram essenciais ao trabalho e ao modo de vida dos balateiros. Com efeito, para esses indivíduos o envelhecimento biológico fez-se acompanhar de um isolamento social que é dolorosamente percebido por eles como um esquecimento: “dor de balateiro é igual à de mulher esquecida” (Elói Monteiro dos Santos, em entrevista de 2011).

Conhecer, documentar e colaborar para a difusão de aspectos importantes da vida desses sujeitos, além de contribuir para a compreensão de processos mais amplos da formação histórica e econômica da Amazônia, foi o objetivo da pesquisa que originou este artigo.<sup>2</sup> Dezenas de horas de relatos biográficos foram gravadas no âmbito de entrevistas com cerca de 70 balateiros entre julho de 2010 e abril de 2013, em várias estadas em campo nos municípios de Monte Alegre, Almeirim e Alenquer.<sup>3</sup>

Em relação ao perfil dos entrevistados, vale destacar que: a maioria são homens já inativos no ofício de extração de balata; quase todos são naturais da Amazônia, ao contrário de muitos seringueiros com os quais são confundidos; distribuem-se em áreas urbanas e rurais, com maior concentração nas primeiras; são semialfabetizados e têm baixos rendimentos mensais, normalmente provenientes de aposentadorias ou biscates. Como traço comum, revelam, invariavelmente, uma mortificante saudade do balatal, que os faz sonhar, chorar, adoecer. E que os faz querer lembrar.

Portanto, nas entrevistas, que tinham roteiro suficientemente aberto para comportar intervenções dos entrevistados, suas falas eram volteios de lembranças de quando e como começaram a *cortar balata*, dos nomes e características de lugares percorridos (cachoeiras, serras, igarapés, pontes, fazendas), dos padrões e companheiros de turma (outros balateiros que faziam parte do grupo numa mesma localidade ou *colocação* de extração), dos perigos dos balatais (os bichos e as visagens<sup>4</sup>). A vida e o trabalho nesse ambiente impunham-se como tema da pesquisa, e o balatal despontava como espaço privilegiado ao qual todos remetiam como signo e ponto de encontro de muitas trajetórias de vida, um lugar de memória (NORA, 1993) capaz de resumir experiências, sentidos e sentimentos de um grupo social.

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à

mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos [...]. O que os constitui é um jogo da memória, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Inicialmente, é preciso ter **vontade de memória** (NORA, 1993, p. 21-22, grifo nosso).

Dar vazão à “vontade de memória” dos balateiros significou deixar que viessem à tona lembranças subversoras do silêncio e do esquecimento a que foram relegados, permitindo que reconstituíssem uma percepção positiva de si sobre o pano de fundo de uma trajetória marcada por agruras sofridas na floresta, pela superexploração do trabalho humano e pela decadência associada ao envelhecimento biológico e social agravado pelo desuso do extrativismo após os anos 1970. As lembranças narradas remetem, em contraponto, a um tempo de liberdade e prosperidade ritmado pela alternância entre a vida na cidade ou no campo, e a vida no balatal.

A saudade é a matéria-prima das memórias, é a energia da palavra enunciada com ênfase, dor, emoção, alegria. A lembrança do balatal transporta-os no tempo, faz reviverem a esperança de que a superação dos perigos da floresta e do trabalho exaustivo trará júbilo. A memória narrada perpetua a esperança e aplaca a dor do esquecimento.

### Considerações sobre o método

O registro de relatos orais e de histórias de vida, mais especificamente, tem se apresentado nas ciências sociais como um canal privilegiado de acesso àquilo que os indivíduos não fixam por meio da escrita, bem como aos “aspectos subjetivos da cultura e da organização social, das instituições e movimentos sociais” (NOGUEIRA, 1952, p. 5). Como instrumento de pesquisa e fonte de dados, entrevistas, depoimentos, testemunhos, histórias de vida e outros registros dessa natureza<sup>5</sup> têm servido para “captar o não explícito, quem sabe mesmo o indizível” (QUEIROZ, 1988, p. 15).

Nesta pesquisa, os relatos orais de balateiros foram tomados como partes de um mosaico (BECKER, 1982) formado por dados históricos, econômicos e sociológicos correlacionados com teorias dirigidas para o conhecimento de uma complexa cadeia de relações sociais caracterizada pelo sistema de aviação. Em busca dos múltiplos sentidos e dimensões das experiências dos indivíduos situados no polo mais vulnerável desse sistema, as narrativas biográficas dos balateiros assumem valor cognitivo e tornam-se dados eloquentes para a construção de uma explicação socioantropológica que percebe o “homem comum não mais como um objeto a observar, mas como um informante melhor informado que o sociólogo que o interroga” (BERTAUX, 1980, p. 219).

Os relatos registrados revelam, com a mesma intensidade e grau de detalhe, as experiências individuais e o mundo social dos entrevistados, informando sobre a subjetividade de seus autores, ao mesmo tempo em que contribuem para uma compreensão mais global dos fenômenos sociais. Como ensina Pereira (1991, p. 117), o narrador não se limita a contar sobre si, “contando também sobre os outros, fazendo aparecer a imagem de si, mas também a imagem que ele faz de seu grupo, de seu meio e de seu tempo”. Ao informar sobre as relações interpessoais, o gênero de relato adotado na pesquisa “não tem nunca um conteúdo somente pessoal, mas tem pontos que o prendem à comunidade local e à sociedade mais ampla” (CIPRIANI, 1988, p. 118). Nesse caso, o aproveitamento das narrativas de vida se faz no sentido de buscar identificar as relações do indivíduo com seu grupo, com sua sociedade. Não se trata de considerá-lo isoladamente, nem de compreendê-lo em sua unicidade; o que se quer é captar, através de seus comportamentos, o que se passa no interior das coletividades de que participa (QUEIROZ, 1988, p. 24).

Ao supor a relação entre indivíduo e sociedade, os registros de relatos biográficos impõem refletir para além de questões levantadas por Ferrarotti (1988) acerca do duplo movimento entre o individual e o coletivo, em termos de projeções e totalizações de um sobre o outro. Cabe rever a própria noção de indivíduo, sem a qual não se poderia conceber a história de vida. Nesta pesquisa com os balateiros, o que está em jogo não é tanto o pressuposto de uma existência individual de acordo com a referida concepção moderna ocidental de indivíduo, como o aponta Bourdieu (2002),<sup>6</sup> mas o reconhecimento de que a própria construção/narração de relatos biográficos elaborados no pano de fundo de uma memória coletiva pode constituir uma instância de individualização do sujeito.

Ao construir e narrar histórias que pesquisadores podem ou não tratar como “histórias de vida”, os narradores realizam escolhas por meio de estratégias narrativas a fim de oferecer determinadas representações de si mesmos, mais do que de simplesmente organizar suas vivências numa ordem temporal. Por meio dessas representações, constroem *selves* e individualizam-se em diferentes sentidos, que não se esgotam naquele que foi assumido pela noção de indivíduo na ideologia moderna (DUMONT, 1991), e assumem, assim, identidades particulares como membros das sociedades em que vivem. Nesse sentido, a elaboração e a narração de relatos biográficos e memórias podem ser entendidas como *projetos* individuais ou de individuação<sup>7</sup> (VELHO, 1994b) que são levados a cabo por sujeitos particulares em contextos socioculturais específicos.

A noção de *projeto* pode não só “ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las de suas peculiaridades e singularidades” (VELHO, 1994a, p. 40), mas também contribuir para a compreensão das próprias estratégias narrativas e performáticas de que indivíduos singulares lançam mão para a construção e narração daquelas histórias. Inspirada em Schutz, a noção de projeto adotada por Velho se refere à “conduta organizada para atingir finalidades específicas” (1994a, p. 40). Para o autor, “a noção de que os indivíduos escolhem ou podem escolher é a base, o ponto de partida para se pensar em projeto” (VELHO, 1994a, p. 24).

O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade. Ou seja, na constituição da identidade social dos indivíduos, com particular ênfase nas sociedades e segmentos individualistas, a memória e o projeto individuais são amarras fundamentais. São visões retrospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória... A memória e o projeto, de alguma maneira, não só ordenam como dão significado a essa trajetória. (VELHO, 1994a, p. 101-102).

Mas, se, por um lado, *projeto* tem o sentido da ação orientada por motivações (desejos, sentimentos, emoções) e para determinados fins em contextos socioculturais específicos (definidos como *campos de possibilidades*), por outro lado, como as escolhas individuais são sobredeterminadas por esses mesmos campos de possibilidades, então os projetos “não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos” (VELHO, 1994a, p.46). A ênfase dessa noção, portanto, recai sobre as instâncias de mediação entre as dimensões individualizadoras e totalizadoras da experiência, de tal modo que “a possibilidade da existência de projetos individuais está vinculada a como, em contextos socioculturais específicos, se lida com a ambiguidade fragmentação-totalização” (VELHO, 1994a, p. 26).

O projeto não é abstratamente racional [...], mas é resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias, do campo de possibilidades em que está inserido o sujeito. Isso implica reconhecer limitações, constrangimentos de todos os tipos, mas a própria existência de projeto é a afirmação de uma crença no indivíduo-sujeito (VELHO, 1994b, p. 103-104).

Pensar a construção e a narração de histórias de vida como projetos de individuação significa, portanto, assumir as mediações entre indivíduo e sociedade como fontes de significação na vida social, e as relações entre ambos (tanto como agentes empíricos quanto como categorias de pensamento) enquanto fonte da explicação socioantropológica. Implica também admitir que, nos relatos biográficos, o sujeito que se dá a conhecer não é o indivíduo empírico, mas aquele que se constrói como portador de uma memória e de uma identidade formuladas ao longo de uma trajetória, as quais, embora pensadas como atributos individuais, são dotadas de uma natureza eminentemente social.

“Se o vivido é recuperado, conforme concebido por quem viveu, o método biográfico remete, necessariamente, à questão da memória”, conforme afirma Pereira (1991, p. 113). Mas memória é um termo extremamente abrangente, que remete a uma variedade de fenômenos para cuja compreensão concorrem diversas áreas de conhecimento, nas Ciências Biológicas, Humanas e Sociais. Nesta pesquisa, a ideia de memória refere-se tanto às lembranças narradas quanto ao processo de reconstrução e organização das experiências vividas por indivíduos sobre um eixo temporal, num passado mais ou menos próximo do momento da evocação dessas experiências como lembranças.

A discussão remete a Halbwachs, que, num estudo sobre a memória coletiva, numa abordagem sociológica da mesma, recoloca o problema da relação entre indivíduo e sociedade. Para esse autor, a memória individual está sempre relacionada a experiências em sociedade e à memória coletiva, mas não se encerra nesta última, guardando sempre um elemento específico que é a existência mesma de uma consciência individual cujas lembranças se projetam em quadros sociais, comunicando-se com as memórias coletivas. As memórias são, então, representações das relações do indivíduo com o meio, ordenadas em função de um tempo percebido como linear, cujas marcas e divisões são produzidas em sociedade. Conforme Halbwachs (1990, p. 51), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Ou, como sustenta Pollak (1989, p. 14), “mesmo no nível individual, o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida”.

## Lembranças de um balateiro

Comecei como balateiro aos 14 anos, mais ou menos em 1944. A primeira viagem foi para o Paru, em Almeirim, mas também trabalhei no Jari, e nos rios Maicuru e Curuá, em Alenquer. Depois virei chefe de turma. Finalmente, fui patrão por quatro anos.

Eu aprendi a cortar com um senhor chamado Feitosinha. Foi difícil. O primeiro sacrifício era a viagem de ida. Eram 28 dias, a bom sofrer. Era a remo, de canoa. Ensinei muitos a também cortar a balata.

Os meus patrões foram o Ofir Farah Sadala, o Jorge Sadala e o Alfredo Jacó Gantuss. Tudo era fornecido para a empresa Jari Ltda., que era dos portugueses. Os meus irmãos eram os encarregados dessa empresa: o Raimundo Tavares dos Santos e o Antônio Feitosa, no Paru. No Maicuru e em Alenquer, eu fui o encarregado. Ainda me lembro do Izamar Santana, o Nilo Lisboa, o André Santana, o César Braz e o Azizo Preto como sendo os meus companheiros de turma naquela época.

Primeiro, os patrões davam aquele abono, aviavam a gente como balateiros e forneciam a mercadoria: 15 litros de farinha e açúcar. A gente pagava a ele com a produção de balata.

Para nos preparar para uma expedição, tínhamos que levar um arame de sete metros, um cinturão de balateiro, uma chaveta, um par de esporas, cinco francaletes, cinco embutidores, um carregador, um machado e munição.

Uma expedição durava cerca de cinco meses. Eu chegava a fazer duas toneladas, duas e meia. A média da turma era de seis toneladas. As principais dificuldades eram chegar até lá no balatal, fazer o carroto da mercadoria e a arriação da balata. O bom do serviço era que se pegava muito dinheiro com a produção.

No acampamento, a gente fazia uma barraca de palha, o tapiri. Nossa alimentação era café com leite, quando tinha. E o rio era tão farto na baixada, que, quando terminava o fogo, o outro peixe já estava fígado. Tínhamos muitas frutas, tirávamos para manutenção do tapiri. E caça também, de todo tipo. Peixe, então! Essa era a boia. Mas também existiam bichos perigosos, como cobra e onça.

Saíamos cedo, ainda estava escuro, em torno das seis horas, e voltávamos às 14h, 17h, 18h. Lazer, nada. Conflito era difícil; também, quando tinha, era para matar! Depois que aparava o leite, cozinhava, jogava no puxador até dar o elástico, fazia os blocos, colocava um pau por dentro para fazer os buracos. Daí, era enfiar os blocos no arame para jogar n'água e arriar a balata. Eram usados quatro fios arames de sete metros cada para a arriação da balata.

Quando nós começamos a cortar, a balata extraída ficava no Corcovado, fazíamos aquelas barras, e depois a empresa mandava para os Estados Unidos. Depois que venderam a empresa, ela passou a ir direto para os Estados Unidos. Nós entregávamos a cinco mil réis o quilo.

O nosso retorno era feito de canoa, em parte, e de avião até chegar aqui em Monte Alegre. De 1965 pra cá, ficou sendo só de avião. Quando chegávamos com os blocos no pé da Muira, os barcos iam pegar o carregamento de balata.

Depois de voltar pra casa, era só lazer. A gente pegava em muito dinheiro! Quando ficava liso de novo, procurava uma fazenda, quando não, continuava a explorar a balata.

A história mais triste que eu vi, foi a do filho do finado Henrique Souza na cabeceira de uma cachoeira chamada Quatorze Pancadas. Na hora que eles iam descer a canoa, erraram o freio e os cinco que iam na canoa morreram.

A partir de 1975, nunca mais fui a nenhuma expedição. Infelizmente, não consegui me aposentar como balateiro. Hoje sou aposentado pela idade. A dor de balateiro é a mesma dor de mulher esquecida. (Depoimento de Elói Monteiro dos Santos, 04 de junho de 2011).

Conhecido como Elói Balateiro, o autor desse depoimento expõe em poucas palavras uma série de aspectos objetivos do ofício de extrativistas que passaram longos anos de suas vidas nos balatais. Ademais, traduz de forma tocante a dor do esquecimento que os aflige na situação de invisibilidade social em que se encontram desde o fim do comércio exterior de balata. Por fim, oferece-nos uma sugestiva associação entre a desvalorização da identidade profissional e a desarticulação dos elementos estruturantes do *self* masculino, que se afigura como equivalente à negação de sua existência social.

Tomando-se a narrativa biográfica de Elói como um documento íntimo dotado de valor histórico, é possível inferir uma variedade de informações e percepções sobre o mundo do trabalho nos balatais, que forjou a experiência subjetiva e o projeto individual de centenas de homens na Amazônia, envolvidos na cadeia produtiva da balata.

## O empreendimento da balata no Pará

Entre as décadas de 1930 e 1970, o Pará exportava anualmente 300 ou 400 toneladas de balata para os Estados Unidos e para a Europa, movimentando, na Amazônia, uma extensa cadeia de trabalhadores nativos, além de investidores locais e internacionais ligados por relações altamente hierarquizadas (CARVALHO, 2013). Essa cadeia era suportada, como já se destacou, pelo sistema do aviamento, que também punha em circulação uma variedade de produtos, fazendo chegar a longínquos povoados amazônicos aparelhos de rádio, calçados, tecidos, enlatados e mercadorias que não se fabricavam em território nacional em troca de blocos de balata que saíam das florestas.

Os balateiros que sustentavam esse empreendimento deixavam suas casas durante seis meses ao ano para se embrenhar nas matas em busca da matéria-prima, preferencialmente nos meses chuvosos de janeiro a junho, quando as balateiras têm mais látex. O acesso aos balatais, feito em canoas a remo a montante de rios encachoeirados, também era facilitado na cheia, mas, assim mesmo, algumas viagens duravam até 60 dias. Os extrativistas seguiam ora remando, ora atravessando a floresta a pé, a fim de evitar as corredeiras, arrastando consigo os equipamentos de trabalho e todo o suprimento a ser usado na viagem, que era aviado pelo patrão: café, açúcar, sal, conservas, farinha, munição para armas, contraveneno de cobra, remédio para malária.

Os balateiros trabalhavam em “turmas” de quatro homens em média, dentre os quais um líder e outros que tivessem qualidades de mateiros (conhecedores da floresta), caçadores e gateiros (para lidar com as onças que frequentemente apareciam). Os pequenos grupos eram distribuídos em colocações previamente identificadas por um “explorador” a serviço do patrão, que mapeava os balatais propícios para corte e calculava o número necessário de braços numa área. Compostas as turmas em cada colocação, elas se tornavam a menor unidade da vida social no balatal e encerravam o universo das interações humanas dos balateiros durante os meses de trabalho extrativista.

Eles viviam juntos em tapiris (barracas) construídos com paus, palhas e lonas em meio a clareiras abertas na floresta. Para se estabelecerem, escolhiam os pontos mais próximos das reboladas ou reboleiras, locais de grande concentração de balateiras, onde cada homem fazia sangrarem duas ou três centenas delas. O tempo de cada um era dedicado principalmente ao corte das árvores e ao beneficiamento do látex – cujos rendimentos eram individualmente auferidos. No entanto, todos também se dedicavam a funções de manutenção do espaço e da vida coletiva. Nesse aspecto, tudo se destinava a uso comum da turma, e os homens se dividiam ou se revezavam em tarefas cotidianas como caçar, pescar, colher frutos, limpar o tapiri e preparar refeições.

As técnicas de trabalho eram tradicionais e serviam-se de instrumentos artesanais e rústicos: o corte em forma de espinha de peixe era feito com terçado, de baixo para cima; a coleta do leite que escorria pelos sulcos assim abertos se fazia em sacos impermeabilizados com a própria balata; a escalada na árvores era possibilitada por caneleiras de proteção e botas dotadas de esporas para cravar no tronco, além de um cinturão grosso pelo qual se passava um cabo de aço com o qual o homem se prendia à árvore enquanto a galgava. Todos esses apetrechos somavam mais de 20 quilos, que o balateiro devia suportar durante toda a jornada diária de trabalho, de oito horas, em média, extremamente fatigantes.

Todo o látex coletado era beneficiado no acampamento: primeiro, cozido até ficar pegajoso e elástico; depois, sovado e espichado, lavado e disposto em lâminas sobrepostas em espécies de caixotes de madeira previamente preparados, atravessados por um torno de pau – para, depois, fazer passar um cabo de aço por dentro – e forrados com folhas verdes destinadas a impedir que a balata grudasse na

madeira. O conteúdo dos caixotes, depois de esfriar, endurecia, formando blocos de cerca de 50 quilos de balata, que eram marcados com as iniciais do produtor – uma medida de segurança para identificar a produção individual.

No fim da safra, o retorno rio abaixo exigia transportar dezenas de blocos até a cidade, onde seriam entregues ao patrão. A primeira etapa do transporte era do acampamento até a beira do rio, o que podia significar longas caminhadas, durante a qual os balateiros contavam *tombos* ou *estações* correspondentes ao número de vezes que arriavam a carga para recuperar as forças. Na hora do embarque no rio, os blocos eram atados uns aos outros por meio de cabos de aço, formando *lingadas* que também eram atadas umas às outras, formando *matulões*. Essas composições vinham descendo o rio *de bubuia*, como se diz na região, atreladas às canoas dos balateiros, enfrentando as corredeiras que provocavam frequentes acidentes, ocasionando perda de blocos e vidas daqueles que se aventuravam nas pedras para tentar salvar a produção.

Chegar à cidade com a produção preservada era uma vitória para o balateiro, depois de tanto esforço. Mas não era o suficiente. A vitória mesmo era ter saldo na venda da matéria-prima. Cada bloco era pesado em galpões e entregue aos patrões. Do valor alcançado descontavam-se todas as despesas assumidas pelo extrativista antes da viagem – o abono, os mantimentos, medicamentos e materiais de trabalho –, bem como aquelas feitas por seus familiares, em casos de necessidade, no comércio do patrão. O que sobrasse, se sobrasse, representava o saldo. Se a produção não quitasse a dívida, o sujeito já ficava comprometido com o patrão para a safra seguinte.

Quando havia saldo, o balateiro acreditava ser muito o dinheiro recebido de uma só vez e comemorava durante dias, semanas seguidas. Havia festas, foguetórios, bebidas e mulheres: “Não ficava puta pobre”, eles gostam de repetir. Em localidades de economia parcamente monetizada, os balateiros se comparavam a garimpeiros pela suposta facilidade com que conseguiam ganhar dinheiro. Enquanto festejavam, sua produção, adquirida a preços bem atraentes pelos patrões, era repassada a comerciantes em Belém e Manaus, que enviavam os blocos de balata para grandes empresas estrangeiras. Quando acabava o dinheiro, o balateiro podia recorrer ao patrão, que reiniciava o ciclo de adiantamento a crédito, com o compromisso de que o devedor voltaria ao balatal no ano seguinte.

Nos anos 1970, o sistema de exploração da balateira e do balateiro começou a ruir. Outros materiais substituíram a balata em diversos ramos industriais e ela perdeu valor no mercado internacional. Faliram muitos patrões. Tornaram-se inúteis os balateiros. Esgotou-se o crédito. Separaram-se as turmas. Acabaram-se as festas, os fogos, os gozos. Vieram a tristeza, a carestia e o declínio econômico de cidades do Baixo Amazonas. Os balateiros caíram no esquecimento de que fala Elói Balateiro.

## O empreendimento da memória

As memórias dos balateiros estiveram durante muitas décadas silenciadas – tornaram-se memórias subterrâneas, nos termos de Pollak (1989). Privados da convivência e do trabalho no balatal, privilegiada instância organizadora de suas relações objetivas e experiências subjetivas; privados ainda de poder e prestígio em seu meio social, os balateiros se viram no esquecimento. Entenderam que esquecer e lembrar são, pois, partes complementares de um mesmo jogo que visa a aplacar a dor de uma existência fadada ao envelhecimento biológico e à mudança de *status* que acompanha esse processo natural (ELIAS, 2001).

Recentemente, apoiados por projetos de Estado e de organizações não governamentais,<sup>8</sup> e em colaboração com artesãos que dependem de sua força de trabalho, alguns balateiros começaram a buscar formas associativas de produção e

comercialização da balata, a fim de eliminar padrões como intermediários do negócio e de fazer frente à tradicional exploração do trabalho extrativista. Trabalhar sobre suas lembranças, nesse momento em que cresce entre eles a vontade de romper o esquecimento, o silêncio e a invisibilidade diante do acúmulo de perdas percebidas ao longo de décadas, tem sido uma forma de apoiá-los, em certo sentido, e de contribuir para reflexões sobre alguns temas antropológicos que podem fornecer pistas interessantes para futuras pesquisas.

Primeiramente, o exercício de reconstrução de suas memórias tem correspondido, como sugere Pollak (1989), a uma irrupção de ressentimentos e de sofrimentos – no caso, relacionados ao endividamento constante pelo aviamento, à agrura do trabalho no balatal e à impossibilidade de acumulação de riquezas, assemelhando-se a outros contextos de trabalho que têm sido caracterizados, nas Ciências Sociais, como *escravidão por dívida*<sup>9</sup> (SILVA, 2008; REZENDE, 2004). Mas, por outro lado, nas narrativas dos balateiros tais sentimentos vêm quase sempre acompanhados de uma imensa saudade do ambiente mesmo onde eram explorados, sugerindo que as formas de percepção das relações de patronagem e dívida, do ponto de vista desses sujeitos, demandam outras perspectivas teóricas.

Em segundo lugar, o trabalho com as memórias desse grupo dá pistas para a compreensão de processos de fragmentação do *self* que se delineiam nas experiências individuais dos balateiros, mas que talvez devam ser investigados junto a grande parte dos sujeitos submetidos ao sistema do aviamento que suporta, até hoje, inúmeras atividades extrativistas na Amazônia. O conteúdo geracional das percepções do trabalho e da saudade, sugerido pela própria composição do grupo de balateiros, pode ser sugestivo para o entendimento das relações experimentadas em outras atividades como o plantio da juta, por exemplo, que se tornou relativamente obsoleta após um período de grande importância econômica.

Por fim, a experiência da pesquisa leva a crer, como afirma Pollak (1989, p. 13), que “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação”. Nesse sentido, a compreensão desse passado se altera na mesma medida em que as memórias também se reelaboram, a partir do próprio efeito da rememoração e da atividade da narração nos contextos vividos pelos narradores.

Hoje, o grupo luta contra o esquecimento. O engajamento nesta de pesquisa é um dos campos dessa luta, na qual eles se mostram dispostos a falar, chorar e narrar lembranças, sem se inibirem diante de gravadores e câmeras fotográficas ou filmadoras (CARVALHO, 2013). Nas frentes de pesquisa, apresentam-se com orgulho da profissão perdida no tempo, vestidos e calçados com o que têm de melhor para reconstituir narrativas de uma vida épica, repleta de viagens difíceis, ataques de onças, alagamentos nas corredeiras dos rios, quedas, visagens, medos súbitos e provas de coragem. Apelando para a memória, revivem um trabalho duro, arriscado e sofrido, mas igualmente saudoso.

## NOTAS

<sup>1</sup> Em junho de 2006, por exemplo, esteve exposto na Sala do Artista Popular do Museu de Folclore Edison Carneiro, no Rio de Janeiro, onde até hoje é regularmente comercializado (CARVALHO, 2006). Logo após, ganhou vitrines no Espaço São José Liberto, em Belém, onde também é exposto e vendido num ambiente relativamente sofisticado e integrado ao roteiro turístico local. Entre 2009 e 2011, recebeu apoio do Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart), desenvolvido pela Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore e pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Iphan, com apoio financeiro do BNDES. Em 2012, representado pela peça “Búfalo Montado”, foi agraciado com o “Reconhecimento de Excelência da Unesco para os produtos artesanais do Mercosul+”.

<sup>2</sup> A pesquisa foi realizada como parte das ações do Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia, da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), que contou com financiamento do PROEXT/MEC e do Iphan, desde 2010. O programa também presta assessoria aos balateiros em questões relativas aos direitos socioambientais e à pensão vitalícia outorgada aos “soldados da borracha” pela Lei nº 7.986 de 1989.

<sup>3</sup> Além da autora, a pesquisa envolveu estudantes de diferentes cursos de graduação e licenciaturas, e professores da rede pública. Tiandra Nogueira e Marcelo Araújo foram bolsistas de extensão (PROEXT/MEC) e iniciação científica (PIBIC/CNPq) do projeto nos períodos de 2011 a 2012 e de 2012 a 2013, respectivamente.

<sup>4</sup> Seres sobrenaturais que, na crença regional, povoam florestas, rios, igarapés, cachoeiras, pedreiras, pontas de praias etc. Clássico da antropologia sobre o tema é o estudo de Galvão (1976).

<sup>5</sup> Os termos *relatos de vida* e *histórias de vida* são distinguidos por autores como Bertaux (1980), que, no escopo dos *récits de vie* distingue entre *life story* e *life history*, de acordo com Denzin, ou seja, entre a história de uma vida, tal como narrada pela pessoa que a viveu, e os estudos de caso sobre uma determinada pessoa, incluindo não só os seus próprios relatos, mas outros documentos que informam sobre sua vida (dossiês, testes psicológicos, testemunhos etc.).

<sup>6</sup> Bourdieu (2002, p. 183) sustenta que “falar de história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco – que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história”.

<sup>7</sup> Velho prefere esse termo ao de “individualização” alegando que esta “seria própria das sociedades ou segmentos sociais onde florescem ideologias individualistas que fixam o indivíduo socialmente significativo, como valor básico da cultura”. O processo de *individuação*, ao contrário, “através de inserção do lugar do indivíduo na sociedade e do desempenho de seus papéis sociais”, estaria presente em qualquer sociedade (VELHO, 1994b, p. 99).

<sup>8</sup> Além do projeto empreendido pela Ufopa, receberam financiamento do Fundo Brasil de Direitos Humanos para desenvolvimento de ações que visam à promoção de seus direitos previdenciários, culturais e socioambientais. No escopo do Promoart, também receberam apoio técnico e financeiro para a realização de expedições de coleta de balata e formação de um capital de giro próprio que visava à autonomização em relação a patrões.

<sup>9</sup> A expressão traduz relações de trabalho baseadas no endividamento compulsório de trabalhadores que dependem dos próprios patrões para aquisição, a preços bem acima do mercado, de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência, além de transporte para e moradia no local de execução do trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ARAMBURU, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade na Amazônia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, ano 9, 1994.
- BECKER, Howard S. **Art worlds**. Berkeley: University of Califórnia, Press 1982.
- BERTAUX, Daniel. L' approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. **Cahiers internationaux de Sociologie**, v. LXIX, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; Ferreira Marieta de Moraes (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- CARVALHO, Luciana G. de. **Balata**: Amazônia em miniatura. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Memórias de trabalho**: balateiros de Monte Alegre. Rio de Janeiro: IPHAN, 2011.
- \_\_\_\_\_. Relações de trabalho nos balatais do Pará. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 373-400, jan./jun. 2013.
- CIPRIANI, Roberto. Biografia e cultura: da religião à política. In: VON SIMSON, Olga. (Org.). **Experimentos com Histórias de Vida (Itália – Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

- DUMONT, Louis. **Essais sur l' individualisme**: une perspective anthropologique sur l' idéologie moderne. Paris: Editions du Seuil, 1991.
- ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FERRAROTTI, Franco. Sobre a autonomia do método biográfico. In: NÓVOA, António; FINGER, Mathias (Org.). **O método (auto)biográfico e a formação**. Lisboa: MS/DRHS/CFAP, 1988.
- GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LINS, Cristóvão. A exploração da balata. In: **Jari: setenta anos de história**. Rio de Janeiro: Dataforma, 2001.
- MIYAZAKI, Nobuo; ONO, Morio. O aviamento na Amazônia. **Sociologia**, 4, 1958.
- NOGUEIRA, Oracy. A 'história-de-vida' como técnica de pesquisa. **Separata da Revista Sociologia**, v. XIV, n. 1, 1952.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, dez., 1993.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. **Encontros com a Civilização Brasileira**, v. 11, p. 101-141, 1979.
- PEREIRA, Lígia. Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v. 6, n. 3, set./dez., 1991.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON, Olga. (Org.). **Experimentos com Histórias de Vida (Itália – Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.
- REZENDE, Ricardo. **Pisando Fora da Própria Sombra**: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- SILVA, José Carlos Aragão. Conversa bonita: o aliciamento e os caminhos que levam à escravidão por dívida. In: CERQUEIRA, G. C. *et al.* (Org.). **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil**: contribuições críticas para sua análise e denúncia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- SIMONIAN, Lígia. Relações de Trabalho e de Gênero nos Balatais da Amazônia Brasileira. In SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Ademir de (Org.). **Amazônia**: políticas públicas e diversidade cultural. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- VELHO, Gilberto. Trajetória individual e campo de possibilidades. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.
- \_\_\_\_\_. Memória, identidade e projeto. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.
- WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica**: estudo do homem nos trópicos. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977.